



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Risco de Auditoria e Cálculo da Materialidade

Renata Salgueiro

Católica Porto Business School
2024



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Risco de Auditoria e Cálculo da Materialidade

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Renata Salgueiro

sob orientação de
Ricardo Cunha

Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa
Abril de 2024

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa o culminar de um ciclo exigente, mas muito gratificante, que só foi possível por estar sempre acompanhada das pessoas certas.

Gostaria de começar por agradecer a todos os Revisores Oficiais de Contas que, ao responderem ao questionário, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus amigos e amigas pela motivação e apoio constante.

À minha família por acreditarem e confiarem sempre.

Ao meu orientador pelo tempo e disponibilidade dispensados.

Um agradecimento especial aos meus pais, irmãos, tia e Tiago pela paciência diária, apoio incondicional e por terem sempre as palavras certas. Obrigada por tudo ao longo do meu percurso, principalmente por acreditarem sempre que era possível.

Resumo

A materialidade em auditoria é um conceito que depende do julgamento profissional de cada um, o que complexifica a sua aplicação prática. A determinação da mesma depende não só de fatores quantitativos associados às demonstrações financeiras, como de fatores externos, ao nível da empresa auditada, da empresa de auditoria e das características intrínsecas do próprio auditor.

O objetivo desta dissertação passa por identificar os principais fatores quantitativos utilizados para a determinação do cálculo da materialidade, assim como compreender que outros determinantes influenciam o julgamento do auditor. Por outro lado, pretende clarificar a relação entre a determinação da materialidade e o risco de auditoria.

Através da literatura, podemos concluir que a materialidade é um conceito essencial e que a definição da mesma pode influenciar o decurso da auditoria. Ao nível quantitativo, os auditores utilizam indicadores e aplicam uma percentagem. A aplicação desta e a escolha do indicador varia de acordo com diversos fatores, sendo um deles, o risco de ser emitida uma opinião incorreta relativamente às demonstrações financeiras (risco de auditoria). Ou seja, quanto mais elevado o risco de auditoria, mais baixa será a percentagem a aplicar, e vice-versa, visto que quanto menor a materialidade mais procedimentos são efetuados e maior é a probabilidade de se identificarem distorções.

Efetuamos um questionário a 202 Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, em Portugal, do qual obtivemos 29 respostas. Através da análise das mesmas, verificamos que os principais indicadores quantitativos utilizados pelos auditores são o volume de negócios, o resultado antes de impostos e o total do ativo. Os indicadores qualitativos são de extrema relevância para os inquiridos, tendo influência na escolha dos fatores quantitativos a utilizar, assim como, na percentagem a aplicar. A amostra considera como principais fatores o setor do cliente, o sistema de controlo interno e as necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras. Podemos concluir que o julgamento profissional do auditor é influenciado pela experiência profissional e que todas as empresas de auditoria dos inquiridos apresentam normas internas que orientam o processo de determinação da materialidade, uniformizando o processo, pelo menos internamente.

Palavras-chave: auditoria, materialidade, risco, julgamento profissional, demonstrações financeiras, fatores quantitativos

Número de palavras: 9 007

Abstract

Materiality in auditing is a concept that relies on each audit professional's judgement, thus making its practical application difficult. Its determination depends not only on the quantitative factors associated with the financial statements, but also on external factors, at the level of the audited company, the auditing company, and the intrinsic characteristics of the auditor himself.

This dissertation aims to understand the main quantitative factors that determine the calculation of materiality, as well as understand what other determinants influence the auditor's judgment. On the other hand, it aims to clarify the relationship between the determination of materiality and audit risk.

Through the literature, we can conclude that materiality is an essential concept, and its definition can influence the course of the audit. At a quantitative level, auditors use indicators and apply a percentage. The application of this This application and the choice of indicator varies according to various factors, one of them being the risk of an incorrect opinion being issued regarding the financial statements (audit risk). In other words, the higher the audit risk, the lower the percentage to apply, and vice-versa, since the lower the materiality, the more procedures are performed and there is a higher probability of identifying distortions.

We conducted a questionnaire to 202 Official Audit Companies in Portugal, from which we obtained 29 responses. Through the analysis of these, we verified that the main quantitative indicators used by auditors are the turnover, the result before taxes, and the total assets. The qualitative indicators are of extreme relevance to the respondents, influencing the choice of quantitative factors to use, as well as the percentage to apply. The sample considers the client's sector, the internal control system, and the needs of the users of the financial statements as the main factors. We can conclude that the auditor's professional judgment is influenced by professional experience and that all of the auditing firms of those questioned present internal standards that guide the process of determining materiality, standardizing the process, at least internally.

Keywords: auditing, materiality, risk, professional judgement, financial statements, quantitative factors.

Number of words: 9 007

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1.....	3
Revisão de Literatura	3
1. Auditoria	3
1.1 Opinião de Auditoria	6
1.2 Materialidade.....	8
1.2.1 Fatores Quantitativos	11
1.2.2 Fatores Qualitativos.....	13
1.3 Risco de Auditoria	15
1.4 Qualidade de Auditoria	19
Capítulo 2.....	22
Metodologia.....	22
1. Questionário	23
2. Análise e discussão de resultados	26
Conclusão.....	38
Bibliografia.....	41
Anexo.....	46

Índice de Figuras

Figura 1: Relação dos Riscos de Auditoria.....	16
Figura 2: Relação dos componentes do risco de auditoria	17
Figura 3: Relação entre materialidade e risco de auditoria	18

Índice de Tabelas

Tabela 1: Tipos de Opinião	8
Tabela 2: Intervalo Percentual - Fatores Quantitativos.....	12
Tabela 3: Fatores Qualitativos	14
Tabela 4: Questões de Investigação	25

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Cargo Profissional	26
Gráfico 2: Tipo de Firma de Auditoria.....	27
Gráfico 3: Tempo de experiência.....	27
Gráfico 4: Setor dos principais clientes	28
Gráfico 5: Indicador Quantitativo mais utilizado.....	29
Gráfico 6: Resultado Operacional - Intervalo Percentual	30
Gráfico 7: Resultado Antes de Imposto - Intervalo Percentual	30
Gráfico 8: Volume de Negócios - Intervalo Percentual	31
Gráfico 9: Total do Ativo - Intervalo Percentual.....	32
Gráfico 10: Total do Capital Próprio - Intervalo Percentual	32
Gráfico 11: Fatores Qualitativos	33
Gráfico 12: Relevância dos Fatores Qualitativos	35
Gráfico 13: Atualização da materialidade	35
Gráfico 14: Utilização de softwares automatizados	36
Gráfico 15: Desafios na determinação da materialidade	36
Gráfico 16: Fase de maior complexidade	37

Glossário

CLC – Certificação Legal de Contas

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DF – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto-Lei

ISA – International Standard on Auditing

ISQM - International Standard on Quality Management

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

RA – Risco de Auditoria

RC – Risco de Controlo

RD – Risco de Detecção

RDM – Risco de Distorção Material

RI – Risco Inerente

ROC – Revisor Oficial de Contas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TC – Testes aos Controlos

TS – Testes Substantivos

Introdução

Nos últimos anos, a auditoria tem sofrido alguma pressão devido aos escândalos financeiros que abalaram a confiança dos utilizadores da informação e a credibilidade dos auditores (Kogut, 2013).

Atualmente pretende-se encontrar novos caminhos e formas de credibilização da auditoria, bem como diminuir o *expectation gap*¹ (Ojo, 2006). Para a redução deste, é importante a compreensão de dois conceitos diferentes em auditoria: a materialidade e risco de auditoria. No seguimento, torna-se imperativo compreender a visão que os auditores têm sobre estes conceitos e analisar a prática da generalidade dos auditores, visto que os conceitos são subjetivos e dependem do julgamento profissional de cada um.

Um erro no julgamento da materialidade pode colocar em causa toda a credibilidade das demonstrações financeiras e, por este motivo, este conceito é de extrema importância numa auditoria, visto ser um pilar (Costa, 2018). Assim, torna-se importante identificar os fatores que são tidos em conta na determinação da materialidade.

O presente estudo propõe analisar a relação do risco de auditoria com o nível definido de materialidade e os pressupostos para o seu cálculo. Pretende-se explorar quais os fatores quantitativos que determinam o cálculo da materialidade e a relevância dos fatores qualitativos na aplicação deste conceito.

O objetivo é que esta investigação contribua para a melhoria da qualidade da auditoria, visto que permite aos utilizadores da informação perceber o papel do auditor e a importância da mesma. E que, por outro lado, contribua para a literatura proporcionando uma visão atual sobre os fatores que os auditores consideram aquando da definição da materialidade, visto que a literatura

¹ Diferença de expectativas entre o que o público espera da auditoria e o que realmente é auditoria (Ruhnke e Schmidt, 2014).

existente é dispersa. Adicionalmente, o facto de atuar nesta área despertou em mim o interesse em compreender como a materialidade é definida de forma mais detalhada. Desta forma, pretende-se que contribua também para o aumento e melhoria do conhecimento de todos os estudantes ou recentes auditores.

A presente dissertação estrutura-se iniciando com uma revisão de literatura que toma início com uma abordagem teórica ao conceito de auditoria, materialidade, risco de auditoria e qualidade de auditoria, seguindo-se uma análise relativamente aos fatores utilizados pelos auditores em Portugal para o cálculo da materialidade. A metodologia adotada é de cariz qualitativo, tendo sido realizado um questionário aos auditores, em Portugal. Este foi dividido em 4 grandes secções: a primeira, com o objetivo de definir e conhecer a amostra, a segunda e a terceira direcionada à questão de investigação, visto que os inquiridos foram questionados quanto aos fatores quantitativos utilizados e os intervalos percentuais aplicados. Na última secção, procuramos compreender outros fatores que têm impacto na definição da materialidade. Por fim, são apresentadas as conclusões, limitações inerentes a este trabalho e ainda sugestões para futura investigação.

Capítulo 1

Revisão de Literatura

1. Auditoria

A auditoria financeira é uma atividade cujo objetivo é efetuar exames às demonstrações financeiras e à documentação suporte das mesmas. O objetivo principal da auditoria é exprimir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho da entidade, de forma a aumentar a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras (Alves, 2015), sendo que a opinião deve ser dada por parte de um profissional competente e independente, designado como auditor externo ou Revisor Oficial de Contas (ROC) (Costa, 2018). Os utilizadores da informação são os *stakeholders* (acionistas; investidores; fornecedores; consumidores; entidades bancárias; estado; etc.), sendo a parte interessada em que as demonstrações financeiras de uma entidade representem verdadeiramente a sua situação financeira (Kieso et al., 2016). As Demonstrações que são validadas são constituídas por um Balanço, uma Demonstração de Resultados, uma Demonstração da Posição Financeira e uma Demonstração de Fluxos de Caixa, assim como as notas e outras demonstrações que constituam parte integrante das mesmas (FASB, 2006).

Pela importância que a informação disponibilizada pelas empresas tem para a sociedade e para a economia, a auditoria é uma atividade regulada por normas, requisitos de acesso e exercício da profissão, normas de auditoria, regras de ética e fiscalização sobre o trabalho dos auditores (Rittenberg et al., 2008).

Desta forma, o código das sociedades comerciais explicita que existem determinadas entidades que são obrigadas por lei a ter revisão oficial de contas:

- Sociedades Anónimas (Art. 413º CSC);
- Sociedades Gestoras de Participações Sociais (DL nº495/88);
- Sociedades por Quotas cujo contrato determine a existência de um Conselho Fiscal, ou que, durante dois anos consecutivos ultrapassem dois dos três limites do Art. 262º do CSC;
- Entidades Obrigadas a apresentar Contas Consolidadas (DL nº158/2009);
- Câmaras Municipais (DL nº2/2007);

Para a realização de uma auditoria devem ser seguidas diversas fases, sendo que em cada uma existe um conjunto ordenado, sequencial e sistemático de procedimentos que devem ser efetuados, podendo estes variar em função da natureza do trabalho e, naturalmente, do tipo de segurança ou garantia de fiabilidade proporcionado pelo auditor (Costa, 2018).

Acima de tudo, os auditores devem estar familiarizados com a empresa auditada e com o ambiente em que opera. O conhecimento do cliente é muito importante para decidir aceitá-lo em primeiro lugar. Isto porque fatores como a reputação e integridade da empresa e da sua gestão são muito importantes na avaliação do risco profissional de aceitar ou não um cliente (Magalhães, 2010).

De acordo com a ISA 200, o auditor, ao longo de uma auditoria deve identificar e avaliar riscos de distorção material com base no conhecimento da entidade e do seu ambiente; obter prova de auditoria suficiente e apropriada sobre se existem distorções materiais e formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na prova de auditoria obtida, que deve ser suficiente e apropriada.

O auditor deve estruturar um planeamento adequado, contínuo e iterativo de forma que o trabalho seja eficaz e eficiente (ISA 300). Segundo a OROC (2018) a auditoria deve contemplar 3 fases: planeamento, execução e emissão da opinião. No entanto, há quem divida de forma mais específica, por exemplo, Arens et al.

(2012), que divide em 4, uma vez que, considera importante que as condições de compromisso (ISA 210) sejam uma só fase. Nestas condições verifica-se se estão reunidas condições para a realização da auditoria, nomeadamente ao nível de recursos da empresa de auditoria e se existe entendimento de ambas as partes envolvidas. No planeamento de uma auditoria, o auditor tem de tomar decisões fulcrais para o processo sobre materialidade e risco de auditoria (Gomes, 2014).

Numa primeira fase, no planeamento, o auditor deve estudar a entidade e o ambiente de forma a identificar os riscos. A ISA 315 refere que o auditor deve avaliar fatores setoriais e externos, a natureza da entidade, o modo como a entidade é financiada e está estruturada, as políticas contabilísticas, objetivos, estratégias e riscos do negócio e a revisão do desempenho financeiro.

Quanto à fase da execução, a ISA 330 ajuda a perceber que devem ser efetuados procedimentos adicionais de forma a diminuir o risco para um nível reduzido. Assim, através de procedimentos substantivos devem obter evidência que corroborem as asserções da informação auditada (Baptista da Costa, 2007). A ISA 330 evidencia a necessidade de os auditores implementarem e testarem a eficácia dos controlos para prevenir, detetar e corrigir distorções ao nível das asserções. Portanto, quanto mais o auditor acreditar na eficácia dos controlos, mais persuasiva, suficiente e apropriada será a prova de auditoria. Embora os procedimentos substantivos sejam importantes em termos de qualidade e quantidade de evidência, não fornecem evidência suficiente e apropriada, só por si e assim, torna-se importante planear e realizar testes de controlos. Estes testes são fundamentais no planeamento de estratégias de auditoria e programas de trabalho para cada área (Arens, et al., 2012). Conforme estabelecido na ISA 450 - "Avaliação de desvios identificados durante a auditoria", os auditores têm a tarefa de examinar o efeito das não conformidades assinaladas durante uma auditoria, mais aquelas que não foram solucionadas durante a condução do trabalho. Através das provas recolhidas e as conclusões tiradas ao longo do

trabalho avaliam se são necessários procedimentos adicionais. Durante uma auditoria, pode ser necessário rever a estratégia global de auditoria (Costa, 2018). Isto significa que poderá ser necessário rever a materialidade conforme determinado na ISA 320.

Numa última fase, na emissão de opinião, o objetivo final da auditoria é emitir uma opinião relativamente às demonstrações financeiras da empresa auditada, tendo em consideração se as mesmas apresentam distorções materiais, podendo ser modificada ou não (ISA 700).

1.1 Opinião de Auditoria

De acordo com o Artigo 44º do DL 224/2008, a certificação legal de contas (CLC) é o documento onde o auditor emite a sua opinião relativamente às Demonstrações Financeiras apresentadas pela empresa. O trabalho final de auditoria engloba a elaboração da CLC e do Relatório de Auditoria (ISA 700). O objetivo desta opinião é garantir a razoabilidade da posição financeira da entidade, ou seja, se esta apresenta de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, em todos os aspetos materiais.

Existem diversos tipos de opinião:

- Opinião não modificada (ISA 700);
- Opinião com Reservas (por desacordo e/ou por limitação de âmbito) (ISA 705);
- Opinião Adversa (por desacordo) (ISA 705);
- Escusa de Opinião (por limitação de âmbito) (ISA 705).

Para Inácio e Fernandes (2012), existem dois modelos de CLC de acordo com a opinião do auditor face à prova obtida. Uma CLC simples, em que o auditor expressa uma opinião positiva e totalmente concordante com as DF's, ou uma CLC modificada, quando existem observações relevantes.

De acordo com a ISA 700, “o auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável”. Mas, “se o auditor não conseguir obter prova de auditoria suficiente e apropriada para concluir que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, deve modificar a opinião no seu relatório de acordo com a ISA 705”.

A ISA 705 prevê que possam existir 3 tipos de opinião modificadas, dependendo da natureza e profundidade dos erros encontrados:

1. Opinião com Reservas

Quando o auditor conclui que as demonstrações financeiras apresentam distorções materiais, quer individualmente ou em agregado, mas que estas não são profundas. O auditor pode ainda emitir este tipo de opinião quando, não obtendo prova de auditoria suficiente e apropriada, possa concluir que os efeitos ou possíveis efeitos das eventuais distorções possam ser materiais, mas não profundos.

2. Opinião Adversa

Quando o auditor concluir que as distorções identificadas, quer individualmente ou em agregado, são materiais e profundas para as demonstrações financeiras.

3. Escusa de Opinião

Esta opinião é emitida pelo auditor quando a prova de auditoria obtida não é suficiente nem apropriada. Embora tratando-se de situações raras, nos casos em que o auditor detete múltiplas incertezas e apesar de, individualmente, ter sido obtida prova de auditoria suficiente e apropriada para cada uma delas, se o auditor não conseguir formar uma opinião devido à possível interação destas incertezas e do seu possível efeito nas demonstrações financeiras, este deve emitir também uma escusa de opinião.

Natureza da matéria	Profundidade dos efeitos nas DF's	
	Materiais, mas não profundos	Materiais e profundos
DF's materialmente distorcidas	Opinião com reservas	Opinião adversa
Sem prova de auditoria suficiente e apropriada	Opinião com reservas	Escusa de opinião

Tabela 1: Tipos de Opinião

Fonte: Auditoria Financeira, Teoria & Prática, Carlos Baptista da Costa (2018)

Ao longo de uma auditoria, é insustentável analisar todos os documentos e registos contabilísticos do período fiscal, pelo que o auditor deve identificar o que é prioridade e significativo. Além disso, de forma a identificar o que é passível de ser distorção ou não é necessário definir um critério, sendo ele a materialidade.

1.2 Materialidade

A materialidade é o nível de erro que o auditor aceita ser suficiente para influenciar as partes interessadas na informação financeira (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

O conceito de materialidade é um dos conceitos fundamentais em contabilidade e auditoria (Brennan & Gray, 2005). De acordo com a ISA 320, uma distorção é materialmente relevante se a sua omissão ou distorção influenciar, razoavelmente, as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras. Holstrum e Messier (1982) identificaram três problemas associados à materialidade: pouco conhecimento sobre como os utilizadores usavam a informação financeira; a existência de diferentes pontos de vista relativamente à materialidade; e, por último, o facto de a informação ser escassa quanto ao

impacto da definição da materialidade nas decisões dos utilizadores (Holstrum & Messier, 1982).

Como os critérios definidos não são absolutos e dependem sempre do julgamento profissional (ISA 320), a definição da materialidade torna-se complexa. De acordo com a ISA 320, existem dois tipos de materialidade: a materialidade global e a materialidade de execução.

A materialidade global é relativa às demonstrações financeiras como um todo e não é baseada em qualquer risco de auditoria. É determinada em função do que pode ser esperado que influencie as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras (ISA 320). Esta pode ser alterada se o auditor, ao longo da auditoria, descobrir algo que tivesse influenciado a sua decisão na definição da materialidade.

A materialidade de execução é definida como sendo um valor inferior à materialidade global. Esta permite que o auditor responda à avaliação de riscos específicos e reduz a probabilidade da totalidade das distorções não corrigidas ou não detetadas exceda a materialidade global, para um nível adequadamente baixo (Mckee e Eilifser, 2000).

Depois de explicado o conceito de materialidade, é necessário compreender que impactos tem a definição da mesma na auditoria:

- Na Avaliação do Risco

Nesta fase, precisamos de definir a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo (materialidade global) e definir a materialidade de execução. Com isto, podemos planear que procedimentos vamos efetuar e identificar e avaliar os riscos de distorção material (ISA 320).

- Na Resposta ao Risco

Após este procedimento, é altura de determinar a natureza, a oportunidade e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria e, por isso, revemos a materialidade em função das mudanças ao longo da auditoria (ISA 320).

- No Relato Financeiro

No relato, o objetivo é avaliar o efeito das distorções não corrigidas e formar a opinião, usando novamente a materialidade para perceber que tipo de opinião vamos emitir (ISA 450).

Desta forma, não podemos falar de auditoria sem falar de materialidade. A auditoria tem por base a materialidade e o julgamento profissional do auditor, devendo sempre considerar o impacto que a informação financeira poderá ter na tomada de decisão dos utilizadores (Costa, 2010).

A ISA 200 refere que o julgamento profissional do auditor consiste *“na aplicação de formação, conhecimento e experiência relevantes, no contexto das normas de auditoria, de contabilidade e éticas, para tomar decisões com fundamento acerca das linhas de ação apropriadas nas circunstâncias do trabalho de auditoria”*. Isto é, o auditor faz os seus julgamentos de materialidade de acordo com as circunstâncias em que se encontra. As decisões tomadas pelo auditor são também influenciadas pela sua compreensão das necessidades de informação financeira dos utilizadores da informação, bem como pela magnitude ou característica de uma distorção, ou ambos.

Como a materialidade é um conceito relativo, não é possível determinar uma quantia fixa aplicada a todas as entidades, porque a definição desta depende das características de cada uma e do contexto em questão (Emil, Ancuta e Timea, 2010). Uma distorção de determinado montante pode ser material para uma pequena entidade e não o ser para outra de maior dimensão. Por este motivo, os julgamentos acerca da materialidade são influenciados por fatores tanto qualitativos como quantitativos, atendendo sempre às circunstâncias da omissão ou distorção, como referem as ISA 200 e ISA 320 e Holmes, J. William (2008). Um item pode não ser materialmente relevante quantitativamente, mas, a natureza e o contexto, em específico, podem ser tão relevantes para os utilizadores que exista a necessidade de ser divulgado.

De referir que os primeiros estudos se focavam em fatores quantitativos como sendo a primeira opção dos auditores na determinação da materialidade (Emil, Ancuta e Timea, 2010). Mais recentemente, os indicadores qualitativos têm vindo a ser alvo de estudo. No entanto, de acordo com Rittenberg, Schwieger e Johnstone (2008), os auditores dão maior relevância aos quantitativos, acabando por desvalorizar os aspetos qualitativos da materialidade.

1.2.1 Fatores Quantitativos

Quanto aos critérios quantitativos, o auditor define a materialidade através de indicadores como o Resultado Antes de Impostos, o Volume de Negócios, o Ativo Total e o Capital próprio dependendo do tipo de cliente a ser auditado, o que gera maior confiança (ISA 320, §A4). A escolha de um destes depende dos elementos das demonstrações financeiras; da eventual existência de elementos nos quais os utilizadores das demonstrações financeiras tendam a concentrar a sua atenção; da natureza da entidade; da posição em que se encontra ou do próprio setor e a forma como é financiada, como foi referido.

Apesar de não haver nenhum normativo que obrigue ao uso de certos indicadores, verifica-se que alguns são os mais utilizados. Estes são, na maioria dos casos o Resultado Antes de Imposto, o Total do Ativo, o Volume de Negócios, e o Capital Próprio, como concluíram Pincus e Bernardi (1996) e Hayes et al., (2005). Mckee & Eilifsen (2000) identificaram 4 abordagens quantitativas diferentes para a determinação da materialidade:

- *Single Rule Method*: utilizado um indicador e aplicada uma percentagem fixa, por exemplo, 0,5% do total do ativo;
- *Variable or Size Rule Methods*: sugerido diferentes intervalos percentuais para cada indicador dependendo do tamanho da empresa a auditar;
- *Blend or Average Method*: para cada indicador pode ser aplicada uma percentagem de um intervalo percentual sugerido;

- *Formula Methods*: utilizada uma fórmula matemática determinada com base em análises estatísticas dos níveis de materialidade.

Dada a quantidade de estudos e visões diferentes relativamente aos fatores quantitativos e o seu intervalo percentual, apresentamos uma tabela resumo:

Indicadores/Autores	OROC (2018)	Boynton & Johnson (2006)	Arens et al (2005)	Hayes et al (2005)	Pincus e Bernardi (1996)
RAI	5%-10%	5%-10%		5%-10%	5%
Volume Negócios	0,5%-2%	0,5%-1%		0,5%-2%	0,5%
Total Ativo	1%-2%	0,5%-1%	3%-6%	0,5%-2%	0,5%
Total Ativo Corrente	5%-10%		5%-10%	5%-10%	
Total Passivo Corrente	5%-10%		5%-10%	5%-10%	
Total Capital Próprio	1%-5%			1%-5%	1%
Resultado Operacional			5%-10%		

Tabela 2: Intervalo Percentual - Fatores Quantitativos

Fonte: Elaboração própria, baseado nos autores identificados na tabela

Através das tabelas acima, podemos verificar que, quer os fatores quantitativos, quer os intervalos percentuais aplicados variam de autor para autor. Baseiam-se essencialmente em *size rule methods*, sendo que Pincus e Bernardi (1996) se baseiam na *single rule method*.

Podemos verificar que o único indicador comum a todos os autores é o total do ativo, no entanto a percentagem aplicada varia. Os indicadores utilizados pela maioria dos autores são referidos na ISA 320 (§A4).

Além disso, podemos identificar que Pincus e Bernardi (1996) optam por uma abordagem mais conservadora aplicando aos indicadores o percentual mínimo e Arens et al (2005) uma visão mais arriscada visto que são os únicos que referem o resultado operacional como hipótese.

De acordo com Rittenberg et al. (2008), para que exista uniformidade, existem parâmetros determinados sobre os critérios e níveis aceitáveis de Materialidade. Definem como principais critérios 10% do Resultado Líquido e 1,5% do Volume de Negócios ou do Total do Ativo.

1.2.2 Fatores Qualitativos

Relativamente aos fatores qualitativos, estes estão relacionados com a qualidade da informação financeira.

Costa (2010) refere que o conteúdo qualitativo se reflete através de divulgações desapropriadas e ainda que “uma distorção deve ser sempre considerada material se, entre outras situações, tiver por base uma fraude ou irregularidade ou quando resultar do incumprimento das leis ou dos regulamentos aplicáveis”.

No entanto, não há unanimidade relativamente aos fatores qualitativos e do que estes influenciam na determinação da materialidade, mas Blokdiik, et al. (2003) defendem que quanto maior for o tamanho da empresa auditada, menor será a percentagem de materialidade.

No que diz respeito às características pessoais do profissional de auditoria em geral, estas podem afetar as decisões de Materialidade, sendo que, por exemplo, os anos de experiência podem ajudar na confiança que este demonstra na tomada de decisão, visto que a mesma tende a ser maior quanto mais anos de experiência tiver o profissional de auditoria (Montoya del Corte, 2008). Através de uma das suas investigações estes autores verificaram que a definição dos fatores quantitativos pode ser influenciada por fatores qualitativos:

Entidade Auditada	Tamanho da Empresa
	Tipo de Setor
	Situação Financeira
	Caraterísticas dos Administradores
	Caraterísticas do comité de auditoria
Entidade de Auditoria	Tamanho da Empresa
	Estrutura da Empresa
	Outras caraterísticas
Características Pessoais do Auditor	Experiência Pessoal
	Outras caraterísticas

Tabela 3: Fatores Qualitativos
Fonte: Montoya Del Corte (2008)

Relativamente ao tamanho da empresa auditada, alguns autores referem que os auditores tendem a definir uma materialidade maior, ou seja, não efetuam tanto trabalho a empresas maiores devido à eficácia do controlo interno e do rendimento gerado pelo mesmo (Friskoff, 1970). Em contrapartida, Costigan & Simon (1995) acreditam que quanto maior a empresa, maiores são as restrições associadas por estarem expostas a maior controlo das entidades.

Krogstad, Ettenson e Shanteau (1984) consideram que o facto de a empresa pertencer a um sector que se encontra em expansão ou a um sector que esteja em fase de declínio tem impacto na definição da materialidade.

Numa ótica de experiência profissional, Montoyoa del Corte (2008) defende que deve ser dividida em duas componentes: o cargo que o auditor ocupa e o tempo de experiência. Por outro lado, Estes e Reames (1988) não acreditam que os anos de experiência afetem a definição da materialidade, mas que tenha impacto na confiança da sua decisão.

Ward (1976) defende que a estabilidade financeira do auditado é um fator determinante para a decisão sobre os níveis de materialidade.

Segundo Jones (1991) os fatores qualitativos são uma questão de julgamento profissional e este não depende apenas de fatores pessoais e características intrínsecas ao auditor, mas também do contexto da situação e das consequências das decisões.

1.3 Risco de Auditoria

Devido aos custos e tempo, no planejamento de uma auditoria, os auditores apenas analisam uma parte das transações que as entidades efetuam durante um determinado período. Assim, os auditores correm o risco de expressarem uma opinião de auditoria inapropriada (ISA 320), visto que não analisam a 100% recorrendo a testes e amostragem. Ao determinarmos a materialidade, recorrendo ao julgamento profissional, o auditor tem consciência que existe sempre ocorrências que não vão ser tidas em conta e estas podem conter distorções.

A ISA 315 – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente, estabelece normas e proporciona orientação na avaliação do RDM e das suas componentes. Conforme referido pela ISA 200, o RA é *“o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria não apropriada quando as DF’s estão materialmente distorcidas”*.

O Modelo de Risco, de acordo com a ISA 200, envolve 3 componentes: Risco de Auditoria (RA); Risco de Distorção Material (RDM) e Risco de Detecção (RD). Depois de definir a materialidade, o auditor estabelece o Risco de Auditoria (RA) que está disposto a tolerar e, com base no Modelo de Risco e os seus componentes, identifica os procedimentos de forma a garantir a diminuição do RA:

1. Risco de Auditoria: probabilidade medida de falha na auditoria (Patterson and Smith, 2003). O RA traduz a probabilidade de o auditor expressar uma opinião incorreta, quando as demonstrações financeiras se encontram distorcidas. Este conceito depende do Risco de Distorção Material (RDM) e do Risco de Detecção (RD) (ISA 200).

2. Risco de Detecção: *“susceptibilidade dos procedimentos executados pelo auditor não detetarem uma distorção que exista numa asserção e possa ser materialmente*

relevante, considerada individualmente ou quando agregada a outras distorções” (ISA 200).

3. Risco de Distorção Material: risco de as DF’s estarem materialmente distorcidas anteriormente à auditoria. Este divide-se em dois componentes: Risco Inerente (RI), e Risco de Controlo (RC).

- Risco Inerente: “susceptibilidade de uma asserção acerca de uma classe de transação, saldo de conta ou divulgação a uma distorção que possa ser material, individualmente ou quando agregada com outras distorções, assumindo que não haja controlos internos relacionados” (ISA 200).
- Risco de Controlo: “susceptibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transações e que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, não vir a ser evitada ou detetada e corrigida atempadamente pelo sistema de controlo interno” (ISA 200).

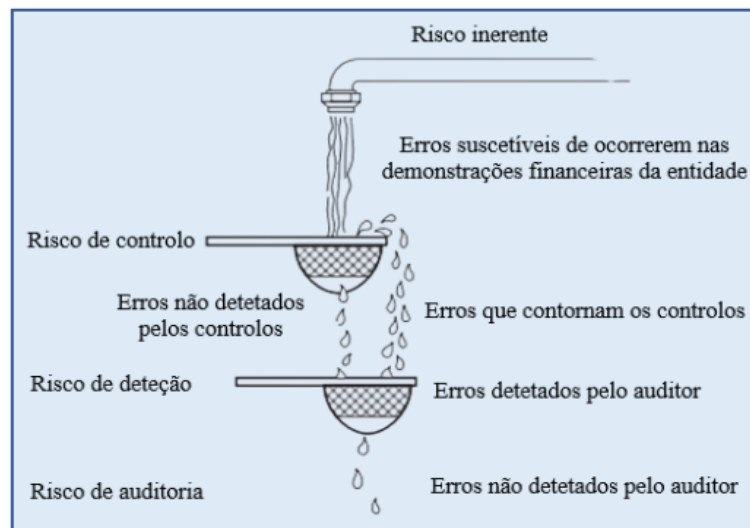


Figura 1: Relação dos Riscos de Auditoria

Fonte: Auditoria Financeira, Teoria & Prática, Carlos Baptista da Costa (2018)

A água que sai da torneira, na figura acima, pretende mostrar as distorções que poderão ocorrer, os filtros significam os controlos instituídos pela entidade

e o segundo pelo auditor. Visto que o risco de deteção é o único que o auditor consegue ajustar, e que o risco de auditoria deve ser reduzido a um nível aceitavelmente baixo, quanto menores forem os riscos de distorção material, maior será o risco de deteção ou o contrário. Hayes et al. (2005) defende que existe a relação entre o risco de deteção, risco de controlo e risco inerente é inversa.

O quadro seguinte apresenta a relação entre os níveis do risco de deteção a aplicar pelo auditor face à avaliação do auditor aos riscos inerentes e de controlo.

		Avaliação do auditor do risco controlo		
		Alto	Médio	Baixo
Avaliação do auditor do risco inerente	Alto	Mais baixo	Baixo	Médio
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Médio	Alto	Muito alto

Figura 2: Relação dos componentes do risco de auditoria

Fonte: ISA 400

De modo a fazer face aos riscos avaliados a ISA 330 – As Respostas do Auditor a Riscos Avaliados, proporciona orientação no planeamento dos procedimentos de obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada. Entre os diversos procedimentos de trabalho que uma auditoria envolve, os testes aos controlos (TC) e os testes substantivos (TS), compõem o que poderei designar como o núcleo principal. Os TC dependem muito da adequação e funcionamento dos controlos na empresa auditada, sendo aplicados quer para o auditor compreender o controlo interno, quer para avaliar sobre a efetividade e eficácia do mesmo. Estes testes permitem avaliar e validar a eficácia ou não dos controlos internos implementados no cliente, face à sua função de prevenir riscos e detetar erros e distorções materiais, ao nível de cada asserção. Os Testes Substantivos (TS) são projetados para identificar erros e discrepâncias materiais no nível das asserções, materializados na quantificação monetária precisa do reconhecimento, avaliação e divulgação de transações e saldos. Isso inclui testes detalhados nas

quantidades registadas em várias transações, afetando os saldos das contas e divulgações, além de procedimentos analíticos para comparar e avaliar as quantidades.

De acordo com Arens et al. (2005) a relação entre a materialidade e risco de auditoria é inversa, como representa a seguinte figura:



Figura 3: Relação entre materialidade e risco de auditoria

Fonte: Auditoria Financeira, Teoria & Prática, Carlos Baptista da Costa (2018)

Como foi refletido, a definição do nível apropriado de materialidade é fulcral para o auditor identificar as áreas de risco significativas, e planejar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria e avaliar os efeitos das distorções (Arens et al., 2012). O risco de auditoria, resumindo, prende-se com o facto de o auditor emitir uma opinião inadequada quando existem distorções. Desta forma, podemos concluir que se o risco de auditoria for maior, ou seja, existir maior probabilidade de o auditor emitir uma opinião inadequada, então menor terá de ser a materialidade, com o objetivo de se recolher uma maior quantidade de evidência (Hayes et al., 2005). Assim, existe maior probabilidade de serem detetadas distorções materiais vistas que, à partida erros ou distorções abaixo do limiar de materialidade são considerados como não afetando a compreensão dos usuários das demonstrações financeiras (Louwers et al., 2018).

Podemos concluir que o risco e a materialidade são conceitos indissociáveis, contudo a relação entre eles é inversa (Arens et al. 2005).

1.4 Qualidade de Auditoria

A qualidade da auditoria é um tema subjetivo, o que torna a elaboração de uma definição precisa e métricas para a sua avaliação uma questão bastante debatida (Dickins et al., 2014).

Como a maioria dos conceitos abordados anteriormente, a qualidade da auditoria depende da perspectiva das partes interessadas.

A qualidade de uma auditoria é definida como a probabilidade de um determinado auditor descobrir uma violação no sistema contabilístico da empresa auditada e, posteriormente, notificar a violação (De Angelo, 1981). De acordo com esta definição, a Qualidade de Auditoria é uma função da percepção da competência e independência do auditor.

Choi et al. (2010) indica que existem diferenças na qualidade da auditoria entre as empresas de auditoria, sendo importante analisar como o tamanho da empresa pode impactar a qualidade da sua auditoria.

Existem muitos estudos relativamente recentes que sugerem que a qualidade de auditoria difere entre as diferentes empresas de auditoria. No caso de Reynolds e Francis (2000), estes encontraram evidências para afirmar que as empresas de auditoria mais pequenas relatam mais cuidadosamente para os clientes maiores.

Choi et al. (2010), num estudo para verificar a proximidade das empresas de auditoria à sede dos seus clientes, verificaram que, quanto maior é a proximidade da empresa de auditoria à sede dos seus clientes, maior é a qualidade da auditoria dos clientes.

DeFond & Zhang (2014) defendem que Qualidade de Auditoria passa por assegurar que as Demonstrações Financeiras estão de acordo com os princípios

contabilísticos e transparecem a situação económico-financeira atual das empresas, condicionadas pelas suas características e pelo processo inerente à elaboração das DF's.

Mais recentemente, Brivot, Roussy & Mayer (2018) referem que o objetivo final de uma auditoria é que qualquer auditor seja capaz de chegar à mesma conclusão que um colega, com base na mesma evidência no mesmo contexto. Com base no seu raciocínio, caso esta situação se verifique então pode-se concluir que o serviço prestado apresenta qualidade.

As normas ISQM 1 e ISQM 2 foram projetadas com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de auditoria. A ISQM 1 define a responsabilidade das empresas de auditoria estabelecerem e manterem sistemas de gestão de qualidade nas auditorias e revisões de demonstrações financeiras, assim como todos as atividades relacionadas. A norma enfatiza uma abordagem baseada no risco para a gestão da qualidade, exigindo que as empresas de auditoria efetuem um planeamento e executem processos que garantam resultados de qualidade. Deve-se considerar tanto riscos internos quanto externos que podem ter impacto na qualidade das auditorias. Além disso, a ISQM 1 determina que as empresas de auditoria também devem monitorizar e avaliar regularmente os seus sistemas de gestão de qualidade para garantir que são eficazes e para identificar e efetuar melhorias conforme necessário. A ISQM 2 (International Standard on Quality Management 2) é uma norma que se concentra nas responsabilidades do revisor de qualidade do trabalho relativamente à documentação e revisão de qualidade do trabalho. Essas são reavaliações das auditorias realizadas por um membro independente da equipa de auditoria para garantir a precisão e conformidade. *“O objetivo da firma, através da nomeação de um revisor de qualidade do trabalho, elegível, é realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipa de trabalho e das respetivas conclusões alcançadas”* (ISQM 2). A equipa de revisão deve possuir experiência e conhecimento suficientes para poder identificar

questões significativas que podem impactar a qualidade da auditoria. A norma também exige que os problemas identificados durante a revisão de qualidade sejam documentados e que sejam aplicadas soluções de forma apropriada para resolver quaisquer questões identificadas.

Relativamente à mensuração da qualidade de auditoria, esta pode ser apresentada de várias formas. Uma forma de avaliar a qualidade da auditoria é através da dimensão do auditor, bem como a sua especialização, o que pode derivar do seu tamanho pela presença de vários escritórios representativos que se focam muito nas indústrias envolventes e conseguem daí ser líderes na qualidade, e por consequência, afirmar a reputação da firma como um todo (De Angelo, 1981). Os autores (Choi et al., 2010) mostram que a proximidade dos escritórios do auditor com os escritórios sede dos seus clientes tornam-se em sinergias que, por sua vez, são usadas para elevar a qualidade do serviço de auditoria. Desta forma, a localização do auditor é um fator cada vez mais importante do ponto de vista estratégico de mercado e da própria notoriedade (Choi et al., 2010). Porquanto Francis, Reichelt e Wang (2005) referenciam que o facto de um auditor ser especializado numa determinada indústria em qual o cliente opera é mais relevante do que a sua dimensão, usando a dicotomia entre *Big Four* ou não *Big Four*.

Capítulo 2

Metodologia

Pretende-se com este estudo identificar e analisar os fatores que são tidos em conta aquando do cálculo da materialidade pelos auditores em Portugal. Para concretizar esta análise, recorreu-se à elaboração de um questionário enviado às sociedades de revisores oficiais de contas em Portugal, de forma perceber quais são os pressupostos utilizados para a definição da materialidade, encontrar sugestões de melhoria e levantar questões críticas que poderão ser tidas em conta no futuro em auditoria. Esta metodologia tem cariz qualitativo dado que os dados utilizados têm o objetivo de gerar descrições e não de testar ou comprovar hipóteses. Esta metodologia é interessante quando se procura compreender um problema específico, mas as principais fraquezas são a falta de rigor e a menor possibilidade de fazer generalizações (Noor, 2008). O intuito é descrever e interpretar os resultados de forma a responder à questão de investigação e, assim, confirmar o conhecimento teórico relevante para a área em questão (Kripka et al., 2015).

1. Questionário

Com o objetivo de responder à questão de investigação, optou-se por uma metodologia de indagação através de um questionário aos auditores portugueses, visto que o tema em questão é subjetivo e depende do *background* de cada um.

Como a materialidade é um conceito sujeito a julgamento profissional e bastante subjetivo, o nosso objetivo passa por compreender o que é relevante para os auditores portugueses e a diversidade de visões existentes. Desta forma, a escolha da metodologia teve como objetivo obter uma sensibilidade maior por questionarmos diretamente a prática dos auditores.

Esta investigação procura dar resposta à seguinte questão: quais os principais fatores quantitativos que são considerados no julgamento profissional do auditor na determinação do nível de materialidade e de que forma estão relacionados com o risco de auditoria? A primeira parte da questão é respondida através da elaboração do questionário e a segunda através da análise do mesmo e de estabelecer relação com a literatura. Além disso, achamos relevante, através do questionário, perceber que outros fatores influenciavam o cálculo da materialidade.

O questionário foi enviado a 202 Sociedades Revisores Oficiais de Contas listadas na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo obtido 29 respostas. Este encontra-se em anexo e é constituído por quatro partes: a primeira parte passa por recolher os dados dos inquiridos para caracterização da amostra, sendo que numa segunda parte pretende-se avaliar os principais fatores quantitativos que podem o auditor na determinação da materialidade, tendo por base as características do auditor, da empresa de auditoria e da empresa auditada. Numa terceira parte, o foco passa por entender os intervalos percentuais utilizados pelos inquiridos relativamente a cada indicador quantitativo. Na última fase do

questionário, o objetivo foi perceber outros fatores que têm impacto na decisão do cálculo da materialidade. As questões são maioritariamente de resposta fechada, sendo que é apresentada uma lista pré-estabelecida de respostas e o inquirido deve escolher a que melhor se adequa. No entanto, numa das secções optamos por questões de resposta aberta dada a subjetividade do tema e, de forma a obtermos uma visão mais detalhada do auditor.

Na primeira secção do questionário, questionamos os auditores relativamente à tipologia de empresa de auditoria, ao tempo de experiência que tinham e o cargo que ocupavam, de forma a compreendermos a população e a efetuarmos relações com as respostas obtidas. Questionamos também se existiam normas internas na firma onde trabalhavam, o setor que mais auditavam e se o indicador que utilizavam era diferente consoante o setor.

Na segunda secção, a mais significativa, visto responder à questão de investigação de forma direta, pretendemos identificar os indicadores quantitativos mais utilizados pelos inquiridos. Partindo dos indicadores identificados na literatura e questionamos qual era mais utilizado. Numa terceira secção, questionamos qual o intervalo percentual aplicado a cada um dos indicadores identificados na anterior.

Na última secção, o objetivo passou por compreendermos outras questões que influenciavam o cálculo da materialidade, tais como questionar a relevância de fatores qualitativos, também identificados na literatura, a frequência com que a materialidade era atualizada e se eram utilizados softwares automatizados. Por fim, questionamos a complexidade e os desafios na definição da materialidade, assim como se consideravam que a experiência do auditor influenciava no cálculo deste parâmetro.

Na tabela seguinte apresentamos, em detalhe, as questões de investigação, assim como as perguntas do questionário que pretendem dar respostas às mesmas:

Questões de investigação	Questões do questionário
Quais são os principais indicadores quantitativos que os auditores utilizam para a determinação da materialidade?	Dos indicadores abaixo, qual o que mais utiliza para determinar quantitativamente o nível de materialidade: Resultado Operacional, Resultado Líquido, Resultados Antes de Impostos; Volume de Negócios; Total do Ativo; Total do Passivo Corrente; Total do Capital Próprio.
	Que outro indicador utiliza para determinar quantitativamente o nível da materialidade?
Quais são os intervalos percentuais aplicados aos indicadores utilizados?	Para os seguintes indicadores (Resultado Operacional, Resultado Líquido, Resultados Antes de Impostos; Volume de Negócios; Total do Ativo; Total do Passivo Corrente; Total do Capital Próprio) indique, por favor, o intervalo percentual que utiliza.
Além dos indicadores quantitativos são tidos em consideração fatores qualitativos?	Utiliza um indicador quantitativo diferente dependendo do tipo de cliente?
	Além de fatores quantitativos, tem em consideração fatores qualitativos?
Quais os fatores qualitativos que têm maior relevância na determinação da materialidade?	Para efeitos de determinação do nível de materialidade indique o grau de importância, sendo o 1 - Irrelevante e o 5 - Extremamente Relevante [Setor de atividade; Variação do nível de atividade; Conhecimento da entidade; Qualidade do sistema de controlo interno; Modo de financiamento da entidade; Situação Financeira da entidade; Nível de cooperação da entidade; Necessidade dos utilizadores das demonstrações financeiras; Dimensão do cliente]
O julgamento profissional do auditor, relativamente à materialidade, é influenciado pelos anos de experiência?	Considera que a experiência profissional influencia o julgamento da materialidade?

Tabela 4: Questões de Investigação

2. Análise e discussão de resultados

O formulário foi criado através da plataforma *Google Forms* e enviado via email para todas as sociedades de revisores oficiais de contas listadas na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As respostas obtidas foram exportadas e tratadas via *excel*. A obtenção de respostas foi de vinte e nove (29).

A nossa amostra é constituída por respostas de 10 sócios, 9 auditores assistentes, 9 auditores sénior e 1 auditor manager, conforme o gráfico 1. 59% dos inquiridos desempenham funções numa sociedade de revisores independente, enquanto 38% numa firma multinacional *Big Four*. Apenas 1 dos inquiridos exerce a sua profissão numa firma multinacional e nenhum a título individual (gráfico 2).

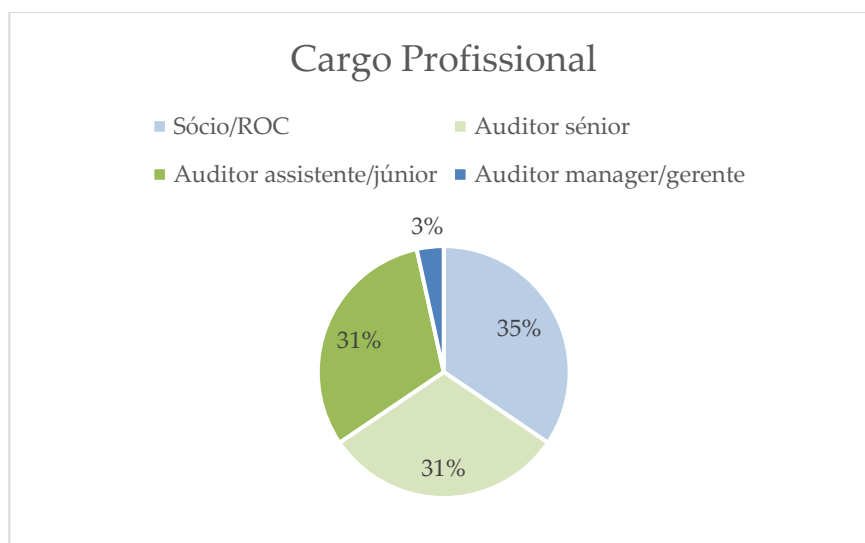


Gráfico 1: Cargo Profissional

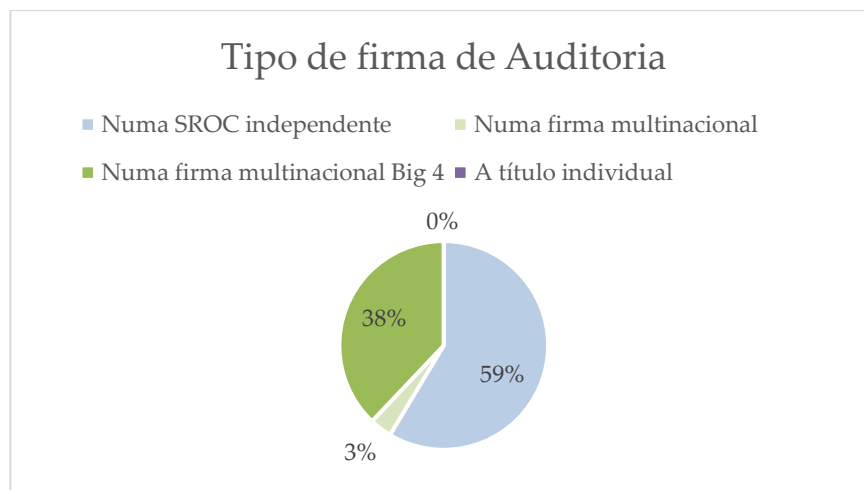


Gráfico 2: Tipo de Firma de Auditoria

Quanto à experiência profissional, os inquiridos dividem-se, sendo que 10 têm mais de 15 anos de experiência, 6 mais de 5, mas menos de 10 anos, 11 mais de 1, mas menos de 5 anos e apenas 2 são auditores há menos de um ano.

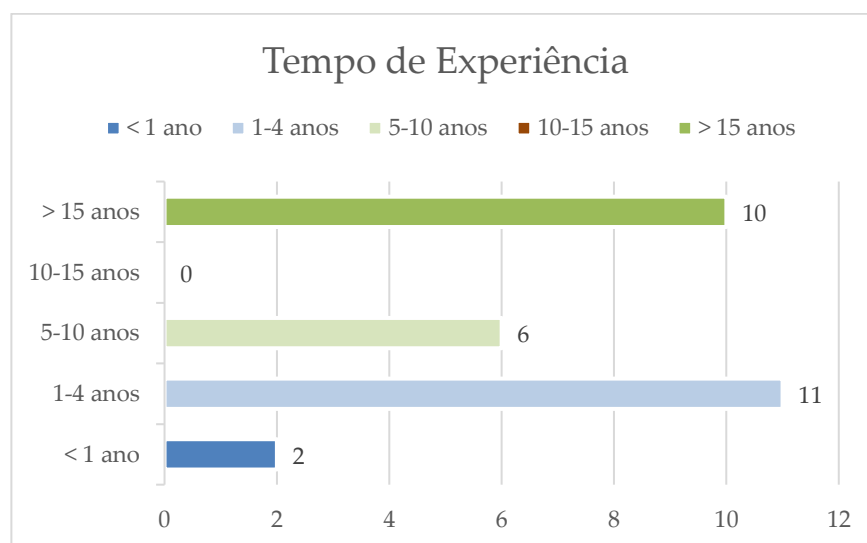


Gráfico 3: Tempo de experiência

Quando questionados sobre se existiam normas internas da firma, para o cálculo da materialidade, na firma onde desempenhavam funções a resposta foi unânime. Todos os inquiridos revelam que existem normas internas, tal como Rittenberg et al. (2008).

Relativamente ao setor em que se inserem, primordialmente, os clientes auditados destacam-se o comércio por grosso ou retalho, imobiliário, indústrias transformadoras e construção, sendo que 86% refere que utiliza um indicador quantitativo diferente consoante o cliente.

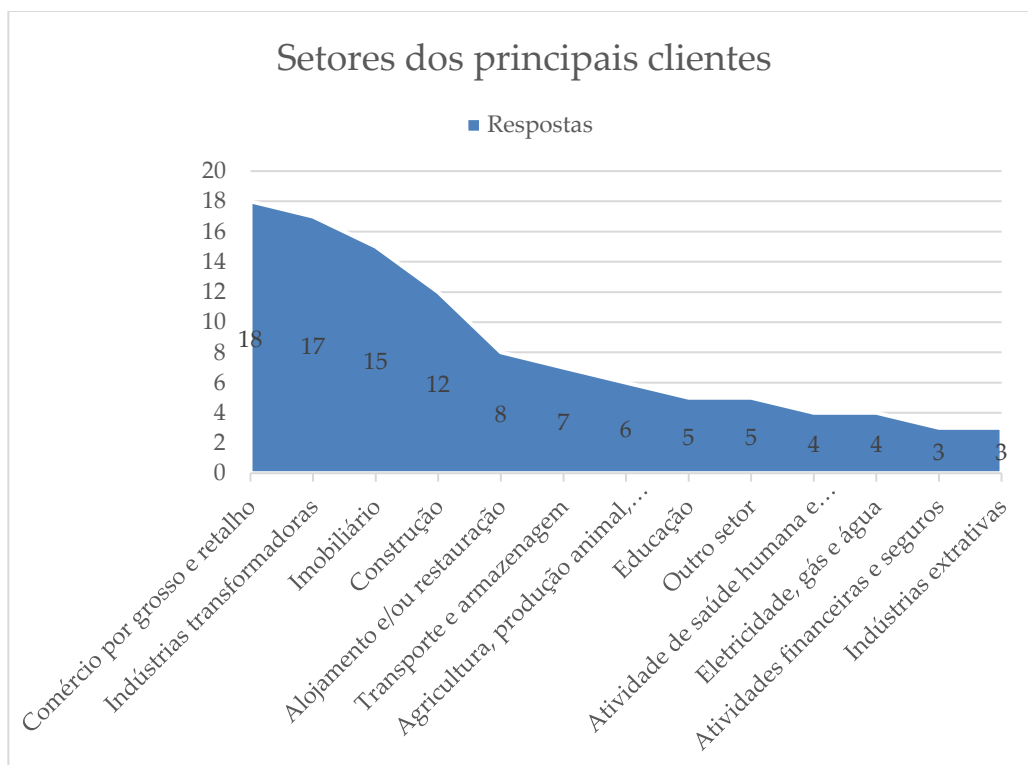


Gráfico 4: Setor dos principais clientes

Na segunda parte do questionário, já com o objetivo de compreendermos os fatores quantitativos mais utilizados pelos auditores, foram identificados vários fatores de acordo com a literatura existente: resultado operacional, resultado líquido, resultado antes de imposto, volume de negócios, total do ativo, total do passivo corrente e total do capital próprio. Verificamos que o volume de negócios é o mais utilizado, por 18 inquiridos, sendo de seguida o resultado antes de imposto, por 9.

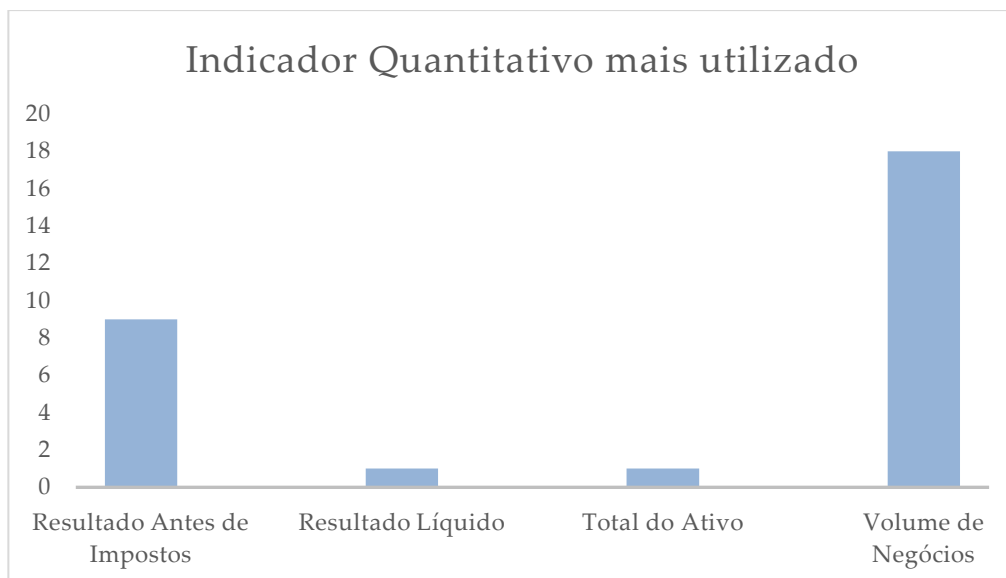


Gráfico 5: Indicador Quantitativo mais utilizado

No entanto, questionamos que outro fator quantitativo era considerado pelos inquiridos além do indicado na questão anterior, sendo que o mais referido foi o total do ativo.

De acordo com a amostra da nossa metodologia, os indicadores utilizados variam de acordo com o setor do cliente a auditar. Neste caso, poderemos concluir que o indicador “Volume de Negócios” é o mais utilizado para o setor do comércio por grosso e retalho.

Foi solicitado aos inquiridos que, para cada um dos indicadores quantitativos indicados na questão anterior, indicassem o intervalo percentual que, normalmente, aplicavam ao mesmo para determinarem a materialidade. Esta questão, por ser de resposta aberta gerou respostas dispares, sendo que o número de respostas não foi homogêneo para todos os indicadores, nem o tipo de resposta dada. Desta forma, excluímos respostas como: “- “; “NA”; “0”; etc.

Relativamente ao Resultado Operacional, obtiveram-se 16 respostas válidas. O intervalo mais referido foi de 1 a 3%, tal como podemos observar no gráfico 6, não sendo consistente com o que Arens et al (2005) defendem, que é o intervalo de 5 a 10%, referido apenas por 1 pessoa.

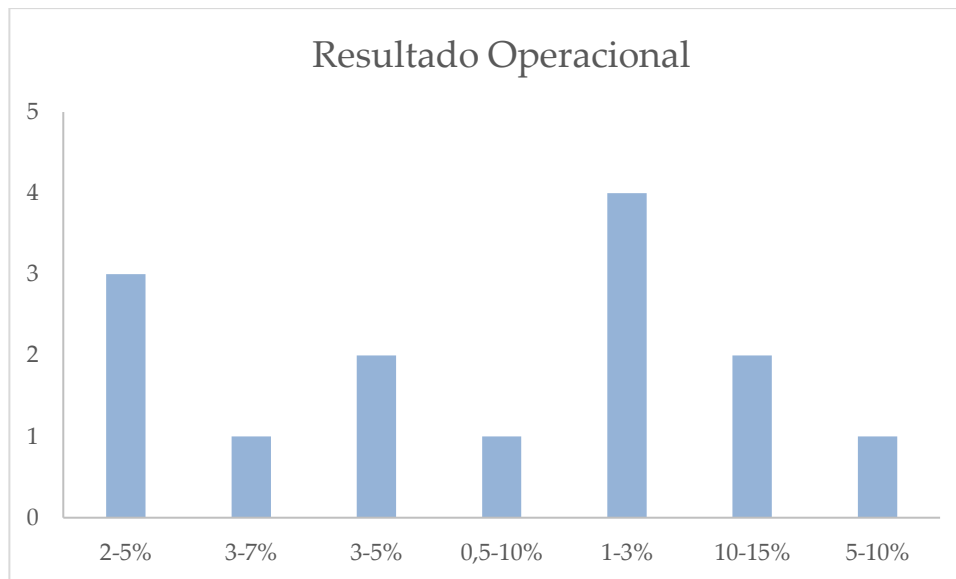


Gráfico 6: Resultado Operacional - Intervalo Percentual

Além das respostas representadas no gráfico acima, obtivemos ainda 2 respostas que, em vez de indicarem intervalo percentual referiram uma percentagem fixa. Um dos inquiridos referiu 5% e o outro 70%.

Conforme o gráfico 7, podemos verificar que obtivemos um maior número de respostas (25) e o intervalo indicado como preferencial aplicado ao Resultado Antes de Imposto foi de 5 a 10%, concordante com a literatura (OROC, 2018).

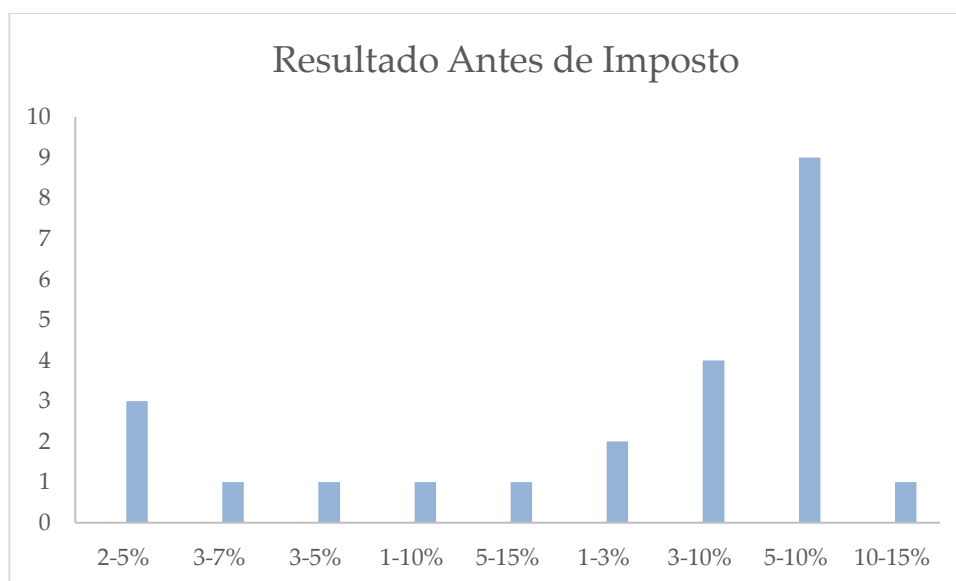


Gráfico 7: Resultado Antes de Imposto - Intervalo Percentual

Relativamente ao Volume de Negócios, podemos concluir que foi o indicador que agrupou o maior número de respostas (26), em linha com o facto de ser referido como o mais utilizado pela amostra.

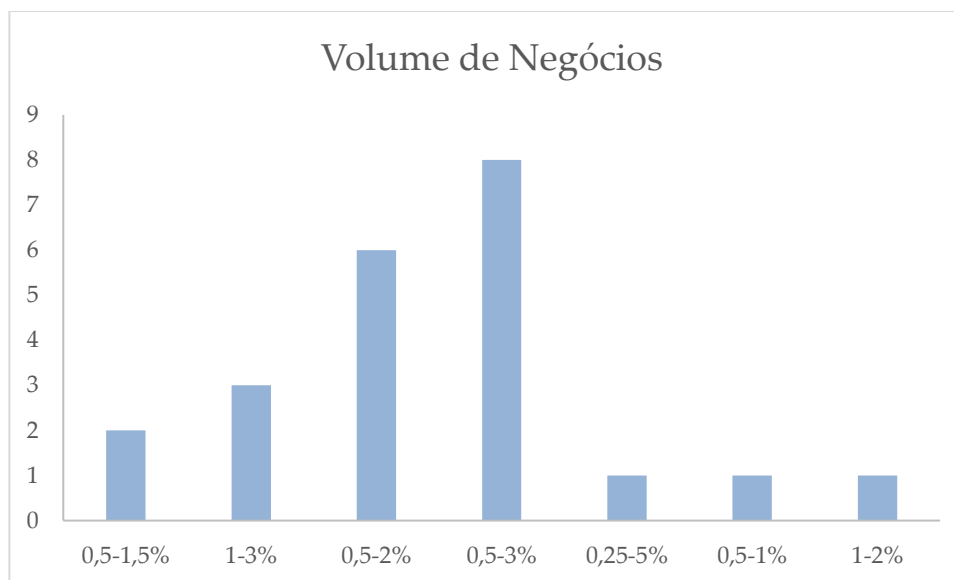


Gráfico 8: Volume de Negócios - Intervalo Percentual

No entanto, as respostas dividem-se, visto que 8 inquiridos indicam o intervalo de 0,5 a 3% e 6 o de 0,5 a 2%. Tanto Boynton & Johnson (2006), como Hayes et al (2005) identificam como percentagem mínima os 0,5%. Todavia, Hayes refere 2%, como máximos, e Boynton 1%. Além das respostas apresentadas no gráfico, foram referidas como percentagens fixas por 2 inquiridos os 2% e por 1, 1%, em conformidade com os autores.

No que diz respeito ao Total do Ativo, a maioria indicou entre 0,5 e 3%. De realçar que, 16 dos inquiridos referenciaram como intervalo mínimo a percentagem de 0,5%, variando a máxima entre 1% e 3%. Em confronto com a literatura, esta aplicação enquadra-se nos intervalos indicados por Boynton & Johnson (2006) e Hayes et al (2005). De ressaltar que, Pincus e Bernardi (1996) concluíram com o seu estudo que a percentagem de 0,5% seria a indicada,

referida por um dos inquiridos além das respostas visíveis no gráfico 9. Os restantes 5 indicaram 1% como a percentagem mínima e o máximo variou entre 1,5% e 5%, concordante com a OROC (2018).

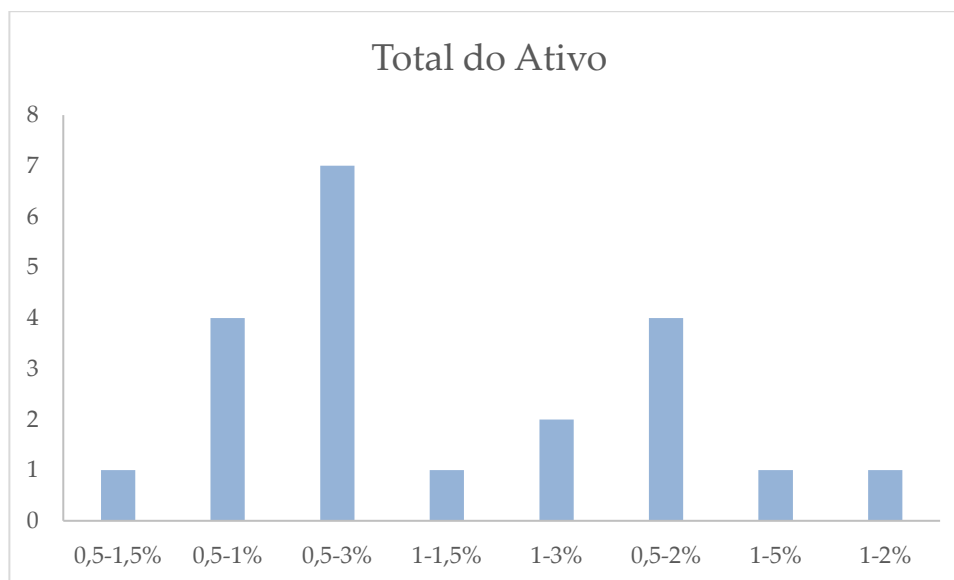


Gráfico 9: Total do Ativo - Intervalo Percentual

Através do gráfico 10, podemos concluir que 11 dos auditores consideram que o intervalo ideal está entre 1 e 5%, tal como referido na literatura.

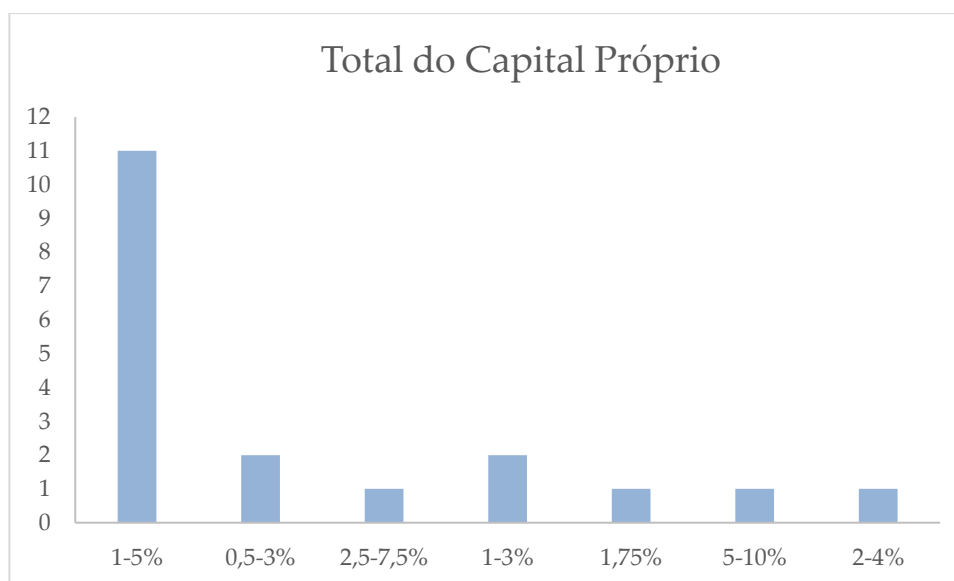


Gráfico 10: Total do Capital Próprio - Intervalo Percentual

Ao nível dos fatores quantitativos, verificamos que de um modo geral a nossa amostra identifica intervalos percentuais em concordância com a literatura apresentada. Existindo, naturalmente, alguns desvios e respostas menos conservadoras.

De forma a compreendermos a relevância dos fatores qualitativos foi questionado se estes eram considerados, além dos fatores quantitativos, ao que 79% dos inquiridos referiram que sim.

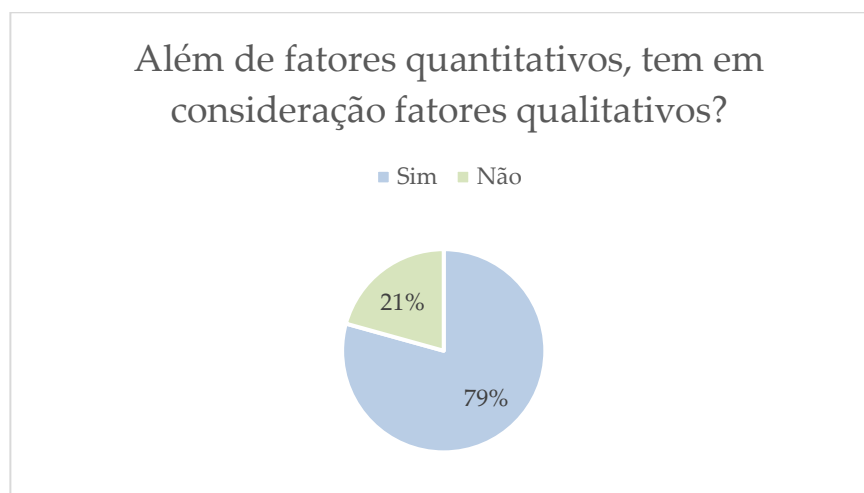


Gráfico 11: Fatores Qualitativos

Na questão seguinte, foram identificados alguns fatores e solicitou-se que os auditores atribuíssem a cada um, um número de 1 (Irrelevante) a 5 (Extremamente Relevante), como podemos verificar no gráfico 12.

Seria a nossa expectativa que, pelo menos 6 dos inquiridos, identificassem como Irrelevante ou Pouco Relevante a maioria dos indicadores, visto que referiram que não os tinham em conta para a determinação da materialidade. Todavia, não se verificou. Esta análise leva-nos a crer que, apesar de serem tidos em conta, os inquiridos podem não os identificar, conscientemente, como fatores qualitativos.

Relativamente ao setor de atividade, a maioria dos auditores identifica como extremamente relevante. Quanto à variação do nível de atividade, os inquiridos consideram relevante, mas comparativamente ao setor de atividade tem menos peso. O fator “Conhecimento da entidade” não gera tanta diversidade nas respostas, visto que apenas 2 inquiridos não a consideram tão relevante. 27 dos inquiridos consideram este indicador qualitativo como relevante ou extremamente relevante. Pela perspectiva dos auditores questionados, a maioria considera a qualidade do sistema interno extremamente relevante. O modo de financiamento e a situação financeira da entidade são fatores cujas respostas obtidas revelam praticamente a mesma relevância. A maioria considera relevante ou extremamente relevante, de forma equilibrada. Quanto ao nível de cooperação da entidade auditada, as respostas foram bastante divergentes, sendo que foi o fator que mais inquiridos atribuíram pouca ou nenhuma relevância. Relativamente às necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras, 22 dos inquiridos atribuíram extrema relevância ou relevância. Dado que o objetivo da auditoria passa por aumentar a confiança dos utilizadores, expectávamos que a relevância atribuída fosse maior e mais unânime. Apesar de 25 dos auditores considerar a dimensão do cliente relevante, 4 deles não atribuem qualquer ou pouca relevância a este indicador.

Podemos concluir que, para a nossa amostra os fatores qualitativos têm impacto na decisão da materialidade. O setor, a dimensão do cliente, as necessidades dos utilizadores e a qualidade do sistema interno são os indicadores mais relevantes, tal como o gráfico seguinte mostra:

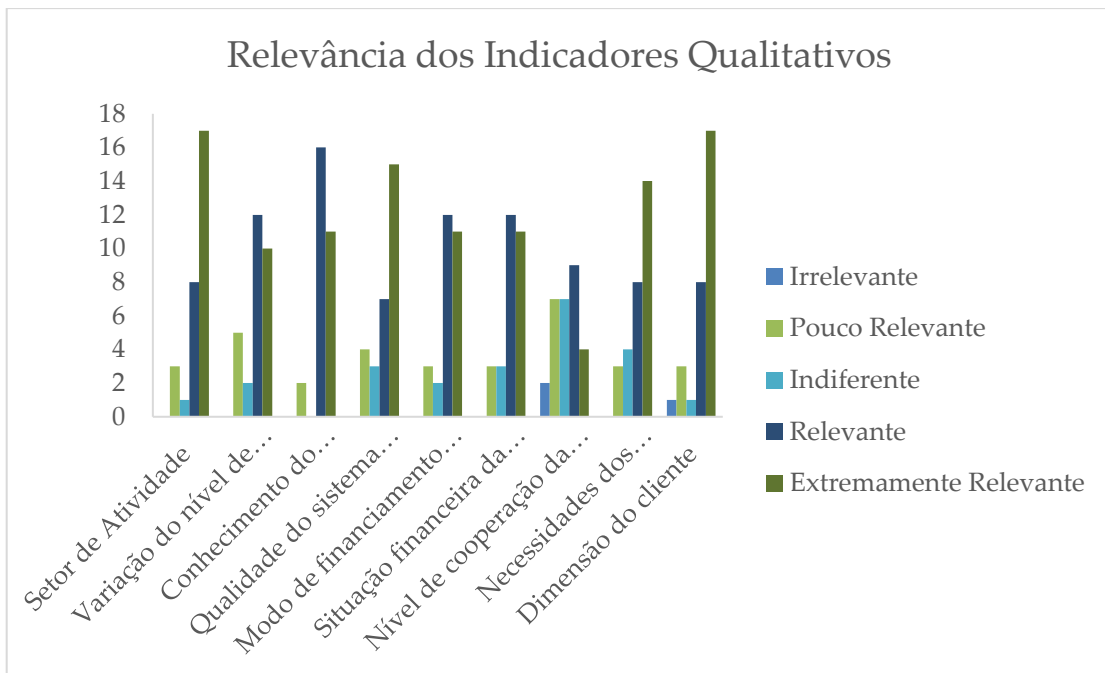


Gráfico 12: Relevância dos Fatores Qualitativos

Numa ótica da atualização da materialidade, questionamos quando o faziam, sendo que 65% referiu que existia uma revisão regular conforme necessário. 21% optou por não identificar nenhuma das opções identificadas “Apenas no início”, “Revisão regular conforme necessário” ou “Mudanças significativas” e referiu “2 vezes ao ano” ou “Fase interim e fecho”.

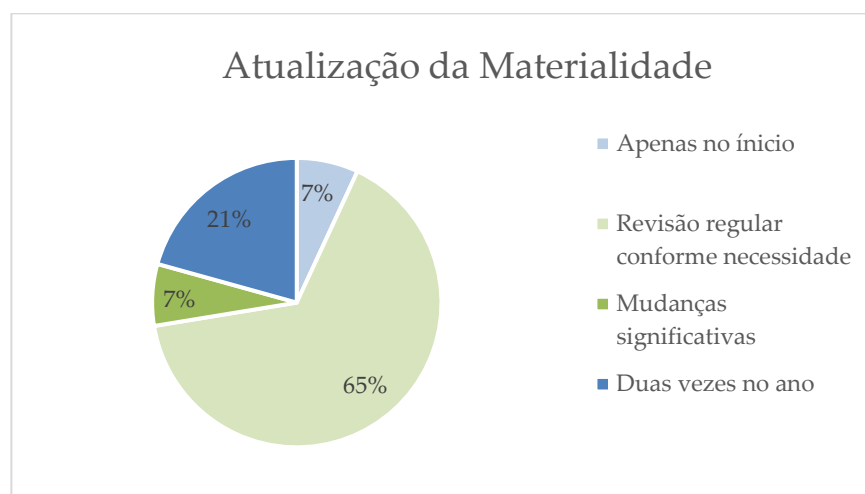


Gráfico 13: Atualização da materialidade

Quanto à utilização de softwares automatizados para a determinação da materialidade, mais de metade dos inquiridos referiu que nunca utilizava.

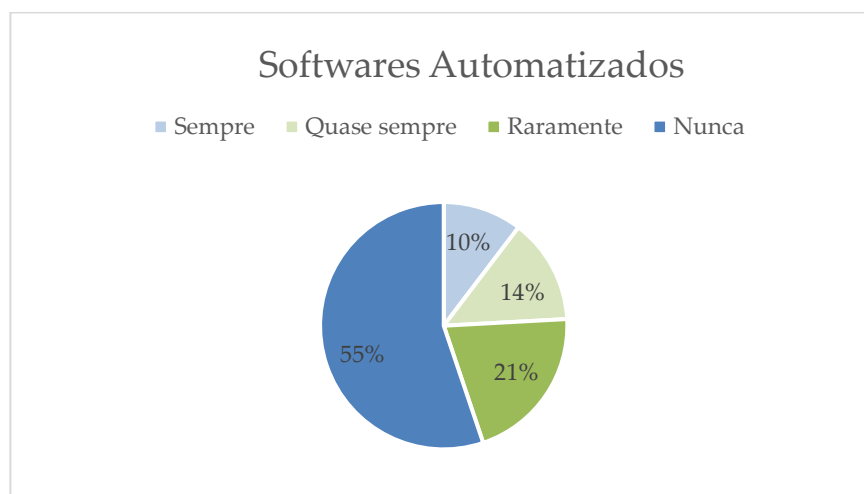


Gráfico 14: Utilização de softwares automatizados

O principal desafio que 62% da amostra considera que encontra na definição da materialidade é o facto de a materialidade ser um conceito que implica uma avaliação subjetiva.

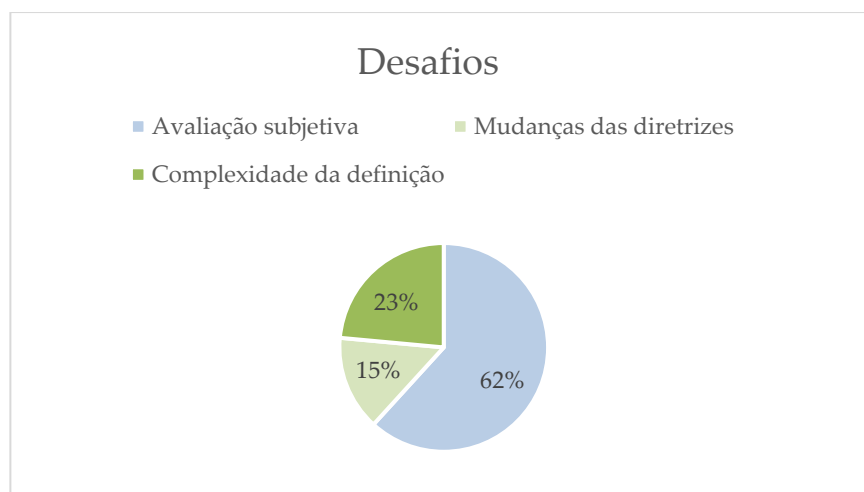


Gráfico 15: Desafios na determinação da materialidade

Importa ressaltar que quando questionados se consideravam que a experiência profissional influenciava o julgamento profissional todos os inquiridos indicaram que sim, tal como Montoyoa del Corte (2008) defende.

Quanto à fase que os inquiridos consideram existir maior complexidade as opiniões dividem-se, sendo que 59% refere ser a avaliação de erros e distorções e 41% indica a determinação da materialidade.

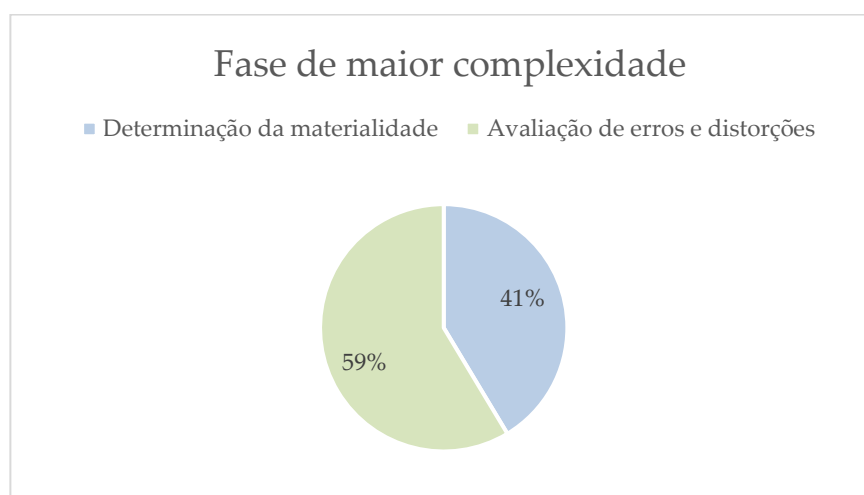


Gráfico 16: Fase de maior complexidade

Conclusão

O conceito de materialidade é essencial na auditoria, no entanto, por depender do julgamento profissional de cada auditor, torna-se complexo, no que concerne à aplicação prática.

A materialidade é definida para cada entidade, de acordo com um contexto específico naquele momento, sendo definida quantitativamente por haver a necessidade de se determinar um valor específico, mas com base em vários fatores qualitativos que influenciam a decisão.

De forma a identificar um valor quantitativo, é aplicado um intervalo percentual a um indicador das demonstrações financeiras da entidade. A determinação desses indicadores de referência é influenciada por fatores específicos de acordo com o contexto da auditoria. A escolha da percentagem a aplicar ao indicador de referência poderá ser influenciada por fatores qualitativos que podem ser agrupados em três grandes áreas, nomeadamente: características da empresa auditada, características intrínsecas do auditor e características da empresa de auditoria.

Realizou-se um questionário, disponibilizado via *email* a 202 Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, em Portugal, com o objetivo de identificar os fatores que eram tidos em conta no cálculo da materialidade, assim como os intervalos percentuais aplicados. Este contou com 29 respostas. Através da literatura procuramos clarificar a relação entre materialidade e risco de auditoria.

Os resultados do nosso estudo indicaram que os principais indicadores de referência utilizados pelos auditores na definição da materialidade são o volume de negócios, o resultado antes de imposto e o total do ativo, cujo intervalo percentual mais aplicado é, respetivamente: 0,5%-3%, 5%-10% e 0,5%-3%. Estes intervalos são concordantes com a literatura, na sua generalidade.

O conhecimento da entidade é fulcral no planeamento de uma auditoria, nomeadamente ao nível do sistema de controlo interno e da situação financeira da empresa. Através dos resultados obtidos, a dimensão e o setor do cliente, o sistema de controlo interno e a necessidade dos utilizadores das demonstrações financeiras resultaram como os fatores que mais relevância têm na determinação da materialidade. As necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras são consideradas um tema central, visto que a auditoria tem como objetivo aumentar a confiança dos utilizadores da informação. No entanto, é também um tópico difícil para os auditores porque os *stakeholders* são diferentes uns dos outros e têm diferentes necessidades, além de que o processo de identificar os utilizadores específicos de cada empresa a auditar é também um processo demorado e complexo. Em relação às características intrínsecas do auditor, todos os inquiridos consideram que a experiência profissional do auditor é um fator que influencia o julgamento profissional na determinação da materialidade. Assim, podemos concluir que os indicadores qualitativos têm impacto ao nível quantitativo na determinação da materialidade, não podendo este conceito ser apenas determinado através de um cálculo matemático.

Através da literatura e comparando com os resultados obtidos conseguimos concluir que a materialidade influencia o decurso da auditoria, tendo impacto em diversas áreas. Além disso, a determinação de um valor específico para a materialidade tem como objetivo estabelecer um limite a partir do qual determinada distorção passa a ter impacto e influenciar a perceção dos utilizadores das demonstrações financeiras. Desta forma um erro na sua determinação pode comprometer a opinião do auditor (risco de auditoria), porque pode ser determinado um valor para a materialidade superior ao que devia e, por isso, certas distorções não serem tidas em conta para a emissão da opinião. Assim, podemos concluir que estes dois conceitos apresentam uma relação inversa: quanto maior o risco de auditoria, menor a materialidade.

Em suma, a materialidade é estabelecida de acordo com as especificidades de cada cliente e o julgamento profissional de cada auditor. Por estes fatores apresentarem um grande grau de complexidade, a materialidade não pode ser definida apenas como um número fixo, dependendo de cada situação. No entanto, existe um padrão adotado por cada empresa de auditoria, que na generalidade segue diretrizes comuns, de forma a tornar esta aplicação mais uniforme, pelo menos dentro da própria firma. Este conceito tem uma relação direta com o risco de auditoria, e deve ser tratado cuidadosamente porque um erro na sua determinação pode colocar em causa a opinião emitida.

Limitações e sugestões para investigação futura

O estudo apresentado evidencia algumas limitações, sendo a mais relevante o número de respostas ser reduzido. Além disso, o questionário foi enviado para o email das sociedades e, por isso, é difícil estimar se foi respondido por várias sociedades ou se muitas das respostas são referentes à mesma sociedade, o que reduz a diversidade da amostra e visão do tema.

Adicionalmente, e para estudos futuros sugeria uma seleção mais específica, mas com a certeza que seria mais diversificada de forma a obter visões diferentes e as conclusões serem mais fidedignas. Apostaria também numa seleção de auditores e faria entrevistas, de forma a conseguir conduzir as respostas obtidas para o objetivo do tema.

Relativamente ao estudo do tema sugeria uma aposta nos fatores qualitativos de forma a perceber a relação entre as escolhas do mesmo. Considero que seria relevante efetuar uma análise à diferença na aplicação da materialidade entre *Big Four* e não *Big Four*.

Bibliografia

Alves, J. (2015). *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. (1º ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Arens, A., Elder, R. & Beasley, M. (2005). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach*. New Jersey: Pearson Prentice Hall.

Arens, A., Elder, R. & Beasley, M. (2012). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach*. New Jersey: Pearson Prentice Hall.

Baptista da Costa, C. (2007). *Auditoria Financeira*; Editora Rei dos Livros – 8ª Edição

Blokdijs, H., Driehuisen, F., Simunic, D. A., & Stein, M. T. (2003). Factors Affecting Auditors' Assessments of Planning Materiality. *Auditing: A Journal of practice & Theory*, 22(2), 297-307.

Boynton, W., & Johnson, R. (2006). *Modern Auditing: Auditing and Assurance Services - An Integrated Approach* (8ª ed.). New York.

Brennan, N. M., & Gray, S. J. (2005). The impact of materiality: accounting's best kept secret. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 1, 1-31.

Brivot, M., Roussy, M., & Mayer, M. (2018). Conventions of audit quality: The perspective of public and private company audit partners. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 51-71.

Choi, J., Kim, F., Kim, J., & Zhang, Y. (2010b). Audit Office Size, Audit Quality and Audit Pricing. *Auditing: A Journal of Practise & Theory*, 29(1), 1-40.

Costa, C. (2010) *Auditoria Financeira – Teoria & Prática* (9ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros

Costa, C. (2018). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática* (12ª Edição). Lisboa: Rei dos Livros.

Costigan, M. L., & Simon, D. T. (1995). Auditor materiality judgment and consistency modifications: further evidence from SFAS 96. *Advances in Accounting*, 13, 207-222.

De Angelo, L. E. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113-127.

DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 275-326.

Dickins, D., Fay, R. G., & Reisch, J. (2014). Measuring and Communicating Audit Quality: The New AQIs. *CPA Journal*, 84(9), 16-25

Emil, P. I., Ancuta, S. G., & Timea, F. M. (2010). Qualitative Factors of Materiality - A Review of Empirical Research *Annales Universitatis apulensis Series Oeconomica*, 12(1), 274-280.

Estes, R., & Reames, D. D. (1988). Effects of personal characteristics on materiality decisions: A multivariate analysis. *Accounting and Business Research*, 18(72), 291-296.

Financial Accounting Standards Board. (2006). Statement of Financial Accounting Standards No. 157: Fair Value Measurements. Norwalk, CT: FASB.

Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The Pricing of National and City-Specific Reputations for Industry Expertise in the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, 80(1), 113-136.

Frisnkoff, P. (1970). An empirical investigation of the concept of materiality in accounting. *Journal of Accounting Research*, 8(supplement), 116-129.

Gomes, E. (2014). A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria. *Revisores & Auditores*, 64, 09-31.

Hayes, R., Dassen, R., Schilder, A., & Wallage, P. (2005). *Principles of Auditing: An Introduction to International Standards on auditing*, 2^a Ed. Prentice Hall, Financial Times.

Holmes, W. (2008). Taking the Measure of Materiality. *Pennsylvania CPA Journal*. 79.

Holstrum, G. L., and W. F. Messier, Jr. (1982). A review and integration of empirical research on materiality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 2(1): 45–63.

Inácio, H. C., & Fernandes, L. M. O. (2012). Alterações normativas e efeitos na opinião do auditor-evidência do PSI 20. *Estudos do ISCA*, (3).

Jones, T. (1991). Ethical Decision Making by Individuals in Organizations: An Issue Contingent Model. *Academy of Management Review*, 16, 366-395.

Louwers, T. J., Blay, A. D., & Sinason, D. H. (2018). *Auditing & assurance services*. McGraw-Hill.

Luvezute Kripka, R. M., Scheller, M., & de Lara Bonotto, D. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones de la UNAD*, 14(2).

Kieso, D. E., Weygandt, J. J., & Warfield, T. D. (2016). *Intermediate accounting*. John Wiley & Sons.

Kogut, J. (2013). Audit Committee Functioning in Public Interest Entities – Current Status and Future Perspectives. *Research Paper, Wroclaw University of Economics*, 302.

Krogstad, J. L., Ettenson, R. T., & Shanteau, J. (1984). Context and experience in auditors' materiality judgments *A Journal of Practice & Theory* 4(1), 54-73.

Magalhães, S.A.M. (2010). *Materialidade em Auditoria: O problema da sua aplicação prática*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa. Repositório ipl, bitstream, 10400.21, 2520.

Mckee, T. E., & Eilifser, A. (2000). *Current Materiality Guidance for Auditors Bergen*. (51)

Montoya del Corte, J. (2008). La vertiente cualitativa de la materialidad en auditoria: marco teórico y estudio empirico para el caso español. Espanha: Universidad de Cantabria, Santander.

Noor, K. B. M. (2008). Case study: A strategic research methodology. *American journal of applied sciences*, 5(11), 1602-1604.

Ojo, M. (2006). Eliminating the audit expectations gap: myth or reality?.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2018). *Guia de Aplicação das ISA- Conceitos Fundamentais e Orientação Prática*. Edição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Lisboa.

Patterson, E. R., & Smith, R. (2003). Materiality Uncertainty and Earnings Misstatement. *The Accounting Review*, 78(3), 819-846.

Pincus, K. V., & Bernardi, A. R. (1996). The Relationship Between Materiality Thresholds and Judgments of Fraud Risk. *Managerial Finance*, 22 (9).

Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of accounting and economics*, 30(3), 375-400.

Rittenberg, L. Schwieger, B., & Jonhstone, K. (2008). *Auditing – A Business Risk Approach*, 6ª Ed. Mason (OH): Thomson South-Western.

Ruhnke, K., & Schmidt, M. (2014). The audit expectation gap: existence, causes, and the impact of changes. *Accounting and Business research*, 44(5), 572-601.

Tribunal de Contas Europeu (2012). *Manual de Auditoria Financeira e de Conformidade*.

Ward, B. H. (1976). "An investigation of the materiality construct in auditing. *Journal of Accounting Research*, 14(1), 138-152.

Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) do International Auditing and Assurance Standards Board

ISA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria;

ISA 210 - Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria;

ISA 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras;

ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material através do conhecimento da Entidade e do seu Ambiente;

ISA 320 - Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria;

ISA 330 – Respostas do Auditor aos Riscos Avaliados;

ISA 450 - Avaliação de Distorções Identificadas durante a Auditoria;
ISA 700 – Formar uma Opinião e relatar sobre as Demonstrações Financeiras;
ISA 705 – Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente;

Normas Internacionais de Gestão da Qualidade (ISQM) do International Auditing and Assurance Standards Board

ISQM 1 – Gestão de Qualidade para firmas que executem auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

ISQM 2 – Revisões de Qualidade do Trabalho

Legislação

Código das Sociedades Comerciais

Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de novembro. Diário da República, 1.ª Série - N.º 226. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro. Diário da República, 1.ª Série - N.º 301. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. Diário da República, 1.ª Série - N.º 133. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 21/2007 de 29 de janeiro. Diário da República, 1.ª Série - N.º 20. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Anexo

Questionário Aplicado

Materialidade em Auditoria

Obrigada pela sua disponibilidade em responder a este questionário sobre a definição da materialidade em auditoria. Este questionário é anónimo e aplicado com vista à recolha de dados para a elaboração de uma dissertação sobre a Materialidade e o Risco de Auditoria para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria e Fiscalidade, pela Católica Porto Business School.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Exerce a sua profissão de auditor: *

Marcar apenas uma oval.

- Numa firma multinacional Big 4
- Numa firma multinacional
- Numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas independente
- A título individual

2. Qual o cargo que desempenha na sua firma, como auditor? *

Marcar apenas uma oval.

- Auditor assistente/júnior
- Auditor sénior
- Auditor manager/gerente
- Sócio/ROC
- Outra: _____

3. Tempo de experiência como auditor: *

Marcar apenas uma oval.

- < 1ano
- 1-4 anos
- 5-10 anos
- 10-15 anos
- > 15 anos

4. Para o cálculo da materialidade, na firma onde trabalha: *

Marcar apenas uma oval.

- Existem normas internas que orientem o processo
- Não existem normas internas, sendo definida pelo ROC responsável

5. Em que setor se inserem, primordialmente, os clientes que audita? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Comércio por grosso e retalho
- Imobiliário
- Construção
- Atividade de saúde humana e apoio social
- Educação
- Atividades financeira e seguros
- Alojamento e/ou restauração
- Transporte e armazenagem
- Eletricidade, gás e água
- Indústrias transformadoras
- Indústrias extrativas
- Agricultura, produção animal, caça e pesca
- Outro Setor

6. Utiliza um indicador quantitativo diferente dependendo do tipo de cliente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Fatores Determinantes

7. Dos indicadores abaixo, qual o que mais utiliza para determinar quantitativamente o nível de materialidade? *

Marcar apenas uma oval.

Resultado Operacional

Resultado Líquido

Resultado Antes de Impostos

Volume de Negócios

Total do Ativo

Total do Passivo Corrente

Total do Capital Próprio

8. Que outros indicadores utiliza para determinar quantitativamente o nível da materialidade? *

Intervalo Percentual - Indicadores

Para os seguintes indicadores indique, por favor, o intervalo percentual que utiliza:

9. Resultado Operacional *

10. Resultado Líquido *

11. Resultado Antes Imposto *

12. Volume de Negócios *

13. Total do Ativo *

14. Total de Passivo Corrente *

15. Total Capital Próprio *

16. Outro

Materialidade

17. Além de fatores quantitativos, tem em consideração fatores qualitativos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

18. Para efeitos de determinação do nível de materialidade indique o grau de importância, sendo o 1 - Irrelevante e o 5 - Extremamente Relevante, *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Setor de atividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Variação do nível de atividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento do ambiente e do cliente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do sistema de controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Modo de financiamento da entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação financeira da entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de cooperação da entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Necessidades dos utilizadores das Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dimensão do cliente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. Com que frequência atualiza a materialidade durante o curso da auditoria? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas no início da auditoria
- Revisão regular conforme necessário
- Quando acontecem mudanças significativas no cliente
- Outra: _____

20. Com que frequência são utilizados, por si, softwares automatizados na avaliação da materialidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

21. Considera que a experiência profissional influencia o julgamento da materialidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22. Quais os principais desafios que encontra na definição da materialidade *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Avaliação subjetiva
- Mudanças das diretrizes
- Complexidade da definição
- Outra: _____

23. Identifique em que fase existe maior complexidade, no que respeita ao conceito de materialidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Determinação da materialidade
- Avaliação de erros e distorções

Obrigada pela disponibilidade!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários